

Ministro acha que legislação do Brasil facilita prática da corrupção

Luis Tôrres

A legislação penal e civil brasileira facilita a prática da corrupção no Brasil. Quem disse isso foi o ministro Ubiratan Aguiar, membro da Corte do Tribunal de Contas da União, que esteve esta semana em João Pessoa participando do 22º Congresso Nacional de Tribunais de Contas. Para o ministro, é preciso que a classe política do País promova uma profunda reforma nos códigos processuais a fim de restringir o grande volume de recursos judiciais que emperram ações contra gestores corruptos. “Se você tem dinheiro, é abastado, os códigos processuais brasileiros, seja ele civil ou penal, permitem, sob o enfoque do princípio do amplo direito de defesa, uma série de recursos, agravos e embargos que tornam os julgamentos morosos”, justifica Aguiar.

Ele acusa ainda a legislação de ser elitista. “A Justiça vê quem tem e não quem é”, disse. Por este e outros motivos, o ministro do TCU lamentou que a cultura da corrupção no Brasil encontre tanta facilidade de disseminação no País. O caminho, para Ubiratan, seria a educação. “Se nós tivéssemos historicamente investido na educação como libertação do homem, onde as escolas não apenas ensinassem, mas preparassem para a vida e para o exercício da cidadania, estaríamos numa situação diferente”, observou. Apesar da esperança, o ministro Ubiratan Aguiar admitiu que a libertação por meio da educação é sonho que deve levar em conta realidade contrária.

Na visão do ministro, que foi professor, o cidadão brasileiro ainda é uma peça fácil de manipulação nas mãos dos políticos. “Isto por causada despolitização. As pessoas, durante campanha eleitoral, só pensam em resolver seus problemas imediatos”, lamentou. Por causa disso, o ministro-membro da Corte do Tribunal de Contas da União, se diz um inimigo feroz do gestor que desvia verbas destinadas à educação pública. “Se eu sou implacável ao desvio de recursos, sejam eles de que natureza forem, em relação à educação para mim é agravante”, disse. Aguiar, que já foi deputado federal pelo Ceará, acusou os “poderosos” de fazerem de tudo para manter o estado de alienação do povo brasileiro.

(Jornal da Paraíba – 17/11)

”Essa reforma pela educação, que significa a libertação do homem, ninguém quer fazer”, disse, “e quem tem o poder na mão, o poder econômico, o poder da força política não quer perder isto com medo de ser substituído”, completou.

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS É QUESTIONADO

Fora do campo jurídico, o ministro Ubiratan Aguiar deixou claro que existe um fator fundamental para coibir a ação de gestores públicos mal-intencionados: a participação popular. Aguiar, que é relator do processo que apura irregularidades nas obras do Canal da Redenção, localizado no município de Sousa, apela para o envolvimento da sociedade na fiscalização do uso da coisa pública no Brasil, a exemplo do que fazem os Tribunais de Contas. “Tem que haver uma mobilização da sociedade. Qualquer cidadão pode denunciar, acionara Justiça, levar as informações ao conhecimento dos tribunais possibilidade do desvio do dinheiro público”, salientou.

NAS CAMPANHAS

Para o ministro Ubiratan Aguiar, a corrupção no Brasil inicia durante as campanhas eleitorais, quando grupos econômicos financiam campanhas sob a promessa de controlar as decisões políticas no futuro. “Será que eles têm interesse em garantir a democracia no Brasil?”, questiona ironicamente o ministro. Descrente de parte do processo eleitoral brasileiro, o ministro defendeu o fim do financiamento privado das campanhas eleitorais no Brasil. “Se o financiamento público de campanha não é a melhor alternativa, é pelo menos o mais saudável. Talvez, saia mais barato para o Estado o financiamento público do que o privado”, defendeu. A frustração do ministro se reflete também na questão tributária do País. “Tudo passa pela concentração de renda”, observa. “O prefeito quer ter mais poder para garantir reeleição, o Estado e a União também, por isso essa briga nas discussões da reforma tributária”, disse.

